

Apresentação

REGINALDO SOUZA SANTOS*
FÁBIO GUEDES GOMES†

Há muito, vivemos tempos difíceis! Há muito, também, perdemos as referências para diferenciar o imediato do mediato. Há muito, todos gastamos as energias para cuidar do aqui e agora como se não houvesse amanhã ou não precisasse pensar, construir e cuidar do futuro. A Universidade foi a mais descuidada das instituições, posto que a sua função é justamente refletir sobre os processos, desde os da natureza e, sobretudo, os da sociedade. Neste campo, os das ciências sociais aplicadas parecem ser o que mais está demorando em perceber a tarefa que têm de executar.

Grande parte dos trabalhos é dedicada a reproduzir aqui teorias, pensamentos e/ou fragmentos deles, cujos autores e conteúdos estão distantes da nossa realidade. Quando nos aproximamos de nós mesmos, as abordagens se restringem mais fortemente aos movimentos identitários — que achamos melhor caracterizá-los como *movimento pelas especificidades*; e com isso perdemos a noção do todo, tão necessário e fundamental para uma discussão fundamentada do nosso futuro enquanto sociedade — melhor dizendo, enquanto totalidade!

A retomada da discussão acerca do nosso futuro como questão central ainda parece muito distante, se olharmos para a realidade das forças sociais. Os nossos partidos políticos, uma das formas mais expressivas de representação no contexto do capitalismo, vivem um momento de quase absoluta deslegitimada representação, pois há muito abandonou o seu papel principal de servir à sociedade construindo e pavimentando caminhos que

* Doutor em Economia pela Unicamp, bolsista DCR do CNPq/Fapeal/Ufal e professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Ufba.

† Doutor em Administração pela Escola de Administração da Ufba, professor das Pós-Graduações em Economia Aplicada e em Propriedade Intelectual e Transferências de Tecnologia para Inovação, Universidade Federal de Alagoas.

levassem a um breve futuro, no qual as preocupações com a materialidade estivessem definitivamente superadas para todo e qualquer indivíduo; ao contrário, passaram a sobreviver pela prática mais torpe e odienta, extorquindo a sociedade mediante a captura do Estado, principalmente do seu orçamento — as suas práticas estão mais sob o olhar da polícia do que do aplauso do cidadão, portanto da política como seria o mais óbvio!

Os movimentos sociais que ressurgiram com muita força depois da redemocratização do País com o fim do período da ditadura militar, tanto no meio urbano, principalmente com as comunidades eclesiais de base, quanto no meio rural, à frente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, passaram a cumprir um papel em dimensionar, propor e reivindicar conteúdos relevantes da demanda social. Porém, quando essas forças se veem no poder na representação do Partido dos Trabalhadores (PT) a vinculação partidária foi automática e os interesses sociais passaram a depender das conveniências do governo.

No último governo da presidenta Dilma Rousseff não houve nenhum decreto de desapropriação de terras para fins da reforma agrária. Foi a contrapartida recebida pelo apoio incondicional ao partido no poder. No contexto do capitalismo, apoiar o governo tem sido sempre compreendido como compartilhamento dos poderes administrativo (assunção de cargos na estrutura do Estado) e político (participar ativamente do processo decisório). E o Brasil é pouco cuidadoso em relação a essa promiscuidade, cujos resultados têm sido desastrosos para o interesse futuro da sociedade.

Às vésperas das eleições presidenciais e legislativas para o parlamento nacional (além daquelas voltadas para o executivo e legislativo estaduais), vivemos um momento em que as esperanças são sempre renovadas; mas também pode ser um momento em que as esperanças podem ser novamente frustradas. E pelo que ouvimos sair da boca de quase todos os candidatos indica que ainda, infelizmente, podemos estar longe das transformações necessárias e desejadas. São velhas e angustiantes questões; apesar de não serem resolvidas, ao longo de muito tempo, os governantes e partidos insistem em dizer que as resolverão adotando as mesmas práticas que até aqui não as equacionaram. Não se afastam nunca de teorias e métodos conservadores garantidores de privilégios que os mantém no poder político e absorvendo a maior parte da renda, que nos faz apresentar um quadro distributivo da riqueza dos mais perversos entre todas as nações do mundo!

É entristecedor constatar que a crítica a tudo isso é muito pouca; e, ainda assim, encontra pouco espaço para a sua divulgação. E a REBAP vem se constituindo, desde o seu número inicial, em 2009, em um dos poucos espaços abertos para a divulgação do pensamento opositor; e este número 19 não poderia ser diferente, tanto propondo discussão mais de fundo, como a saga da superexploração da força de trabalho e o movimento da utopia às utopias ou mesmo uma atualização do pensamento de Keynes no processo do planejamento econômico, quanto análise mais empírica revelada na execução do orçamento plurianual e na formação do administrador.

